

# O que FHC quer esquecer

LEANDRO KONDER

**E**m 1962, em seu livro "Capitalismo e escravidão", o sociólogo Fernando Henrique Cardoso tinha orgulho em proclamar que se guiava pelos "cânones gerais da dialética".

Dois anos depois, em 1964, o mesmo sociólogo, em seu livro "Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil", combatia a suposição de que "a sociedade capitalista se negará 'tecnicamente' sem a mediação de lutas políticas, pela modificação progressiva do mercado, das grandes sociedades anônimas e das funções empresariais" (p. 39). E assegurava: "Enquanto houver capital que se valoriza (que se expande), haverá necessariamente proprietários dos meios de produção e assalariados" (p. 39).

No mesmo livro, FHC advertia que havia se criado no Brasil uma situação de hegemonia conservadora, na qual "nenhuma medida política ou de política econômica mais audaciosa pode ser tomada sem provocar a reação imobilista imediata, como as tentativas de reforma agrária exemplificam" (p. 189).

A burguesia brasileira, segundo FHC, estava "satisfeita já com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental". O autor de "Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil" se perguntava qual seria a reação das massas populares, diante do acovardamento da burguesia. E concluía a obra com a seguinte caracterização do dilema que estava presente na opção histórica que os brasileiros estavam sendo obrigados a fazer: "No limite, a pergunta será

então: subcapitalismo ou socialismo?" (p. 198).

Em 1969, no livro "Mudanças sociais na América Latina", FHC lembrava e deplorava a violência que vem sendo exercida ao longo da História contra os trabalhadores no Brasil e escrevia que "as formas violentas expressas em algumas greves e movimentos operários significavam uma espécie de antiviolença" (p. 211).

E, voltando ao tema da reforma agrária, FHC denunciava: "As reivindicações em favor das reformas agrárias assumem um caráter explosivo que não parecem possuir por si mesmas." Por quê? Porque elas "equivalem a desnudar as contradições do sistema político-social vigente" (p. 43).

Trinta anos se passaram, o mundo mudou muito, o Brasil também se

modificou e o sociólogo se tornou presidente da República. As mudanças que se realizaram no mundo e no Brasil talvez sejam menos espantosas que a metamorfose sofrida por FHC.

De seu novo ângulo, ele não reconhece mais a ação dos trabalhadores que reagem contra a violência do latifúndio e da repressão como "uma espécie de antiviolença". Não vê as reivindicações em favor das reformas agrárias como parte de um movimento que desnuda as contradições do sistema.

Instalado no centro do poder, FHC não se guia mais pelos "cânones gerais da dialética marxista" e sim pelos critérios dos partidos conservadores que o cercam. Passou a acreditar que o capitalismo está se superando "tecnicamente", sem a media-

ção de lutas políticas, por obra e graça da modificação progressiva do mercado, e também pela modificação progressiva das grandes sociedades anônimas e das funções empresariais.

FHC passou a ser, ele mesmo, o dirigente da "reação imobilista imediata" contra as reivindicações de reforma agrária, contra as ações mais "audaciosas" do MST.

E, em face do dilema com que encerrava seu livro de 36 anos atrás, de frontando-se "no limite" com a necessidade de optar pelo socialismo ou pelo subcapitalismo, FHC não parece ter vacilado, nem um pouco. Resoluto, enérgico, decidido, o presidente optou pelo subcapitalismo.